

# **1.ª REVISÃO DO PDM DE TERRAS DE BOURO**

---

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**



---

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO  
(2015 – 2024)**

---

AGOSTO DE 2025

### **Ficha Técnica do Documento**

<b>Título:</b>	Relatório de Avaliação e Controlo (2015-2024) – Avaliação Ambiental Estratégica da 1. <sup>a</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro
<b>Descrição:</b>	O presente documento constitui o Relatório de Avaliação e Controlo do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1. <sup>a</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro, para o período de 2015-2024, nos termos do Decreto-Lei n. <sup>º</sup> 232/2007 de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. <sup>º</sup> 58/2011, de 4 de maio).
<b>Data de produção:</b>	4 de agosto de 2025
<b>Data da última atualização:</b>	11 de agosto de 2025
<b>Versão:</b>	Versão 01
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	Planum, Assessorias e Projetos Lda
<b>Equipa:</b>	Célia Mendes   Geógrafa Helena Corrêa   Eng. <sup>a</sup> Agrónoma
<b>Código de documento:</b>	004
<b>Estado do documento</b>	Para consideração do cliente.
<b>Código do Projeto:</b>	081031003
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	0310_aae_rac_v01

## ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA .....	4
2. EFICIÊNCIA DO QUADRO DE GOVERNANÇA .....	6
3. ALTERAÇÃO NO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO .....	7
4. ACOMPANHAMENTO DAS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO .....	11
5. ANÁLISE E VERIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO .....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
7. BIBLIOGRAFIA.....	41

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1   Atualização do Quadro de Referência Estratégico .....	7
Quadro 2   FCD Património Cultural .....	11
Quadro 3   FCD Património Natural.....	13
Quadro 4   FCD População .....	17
Quadro 5   FCD Mobilidade .....	21
Quadro 6   FCD Desenvolvimento Rural .....	22
Quadro 7   FCD Riscos Naturais .....	24
Quadro 8   Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “Património Cultural” .....	27
Quadro 9   Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “Património Natural” .....	28
Quadro 10   Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “População” .....	30
Quadro 11   Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “Mobilidade” .....	33
Quadro 12   Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “Desenvolvimento Rural” .....	35
Quadro 13   Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “Riscos Naturais”.....	37

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

---

O presente documento pretende realizar a avaliação e controlo da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1.<sup>a</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal (RPDM) de Terras de Bouro em vigor, publicado através do Aviso n.<sup>o</sup> 11909/2015, de 16 de outubro, o qual registou uma alteração por adaptação no período de vigência<sup>1</sup>.

No âmbito do processo da 1.<sup>a</sup> RPDM de Terras de Bouro, que foi sujeito a AAE, resultou uma Declaração Ambiental (datada de julho de 2015), em cumprimento do disposto no artigo 10.<sup>º</sup> do Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 58/2011, de 4 de maio), que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Ao longo de todo o processo de implementação da 1.<sup>a</sup> RPDM de Terras de Bouro, não se verificaram incertezas e acontecimentos inesperados.

A avaliação ambiental de planos e programas encontra-se consagrada na legislação nacional desde a publicação do Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 232/2007, de 15 de junho, diploma que transpõe a Diretiva n.<sup>º</sup> 2001/42/CE, de 25 de junho. Para o caso específico dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), o Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 80/2015, de 14 de maio, em redação atual, prevê orientações específicas.

De acordo com o artigo 10º da referida Diretiva, que prolonga os deveres dos Estados-membros para além da fase de planeamento até à fase de execução (seguimento em AAE), estes deverão (obrigatoriamente) controlar os efeitos ambientais significativos da execução de planos e programas a fim de, entre outras coisas, identificar atempadamente efeitos negativos imprevistos e lhes permitir aplicar as medidas de correção adequadas.

No entanto, a Diretiva não determina de que modo os efeitos significativos no ambiente devem ser controlados; por exemplo: os organismos responsáveis pelo controlo, o calendário e a frequência deste último, ou os métodos que devem ser utilizados. O mesmo artigo prevê ainda que para o efeito possam ser utilizados os sistemas de controlo existentes, se necessário, a fim de evitar uma duplicação dos controlos.

Ao nível nacional, o Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11º, prevê a mesma obrigação de avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do plano ou programa, aplicada às entidades responsáveis pela elaboração dos mesmos, mas vai mais além, definindo uma periodicidade mínima anual.

Os exercícios de avaliação e controlo podem constituir uma forma de verificar as informações incluídas nos Relatório Ambientais, o que poderá contribuir para ajudar a melhorar a qualidade dos Relatórios Ambientais futuros.

O relatório que se apresenta foca na análise da evolução dos indicadores previstos no ponto “v) As *medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.<sup>º</sup>*” da Declaração Ambiental (n.<sup>º</sup> 1 do Artigo 10.<sup>º</sup> do RJAAE). Tem, ainda, em consideração as orientações constantes da Norma Técnica (NT-AAE.2/2020) da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), referente à “*fase de avaliação e controlo em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas*” e o “*Guia de Melhores Práticas para AAE*”, que indica que num programa de seguimento podem considerar-se as seguintes tarefas, que deverão ser vertidas no conteúdo dos Relatórios de Avaliação e Controlo:

---

<sup>1</sup> Declaração n.<sup>º</sup> 124/2021, de 8 de setembro – Alteração por Adaptação: Transposição dos Planos Especiais do Ordenamento do Território, para se compatibilizar com o Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC) e com o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda -Gerês (POPNG).

- Averiguar a eficiência do quadro de governança e de quaisquer alterações institucionais;
- Verificar alterações no Quadro de Referência Estratégico (QRE) e condições ou orientações adicionais;
- Investigar incertezas e acontecimentos inesperados;
- Verificar a adequação dos indicadores de monitorização;
- Analisar os indicadores de seguimento selecionados (de preferência não mais de 20);
- Confirmar a eficiência da AAE – qual foi o valor acrescentado da AAE para a decisão, para o ambiente e para os progressos em direção à sustentabilidade.

O artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007 prevê que os resultados do controlo sejam divulgados pelas entidades responsáveis pela elaboração do Plano ou Programa através de meios eletrónicos. O mesmo será ainda disponibilizado pela APA.

O presente documento focará a sua avaliação nos seguintes aspetos: eficiência do quadro de governança; alterações no quadro de referência estratégico; acompanhamento das diretrizes de seguimento; análise dos indicadores de monitorização.

## 2. EFICIÊNCIA DO QUADRO DE GOVERNANÇA

---

O quadro de governança apresentado na AAE da 1.<sup>a</sup> RPDM de Terras de Bouro, estabelece o tipo de responsabilidades dos agentes interessados que fazem parte da rede interrelacionada de instituições e organizações que contribui para um desempenho efetivo e eficiente da AAE, ao longo dos seus vários ciclos.

A interação entre o Município de Terras de Bouro e estes agentes iniciou-se no âmbito das consultas institucionais e/ou públicas aos documentos produzidos no âmbito da AAE da 1.<sup>a</sup> RPDM de Terras de Bouro, abrangidos por este relatório (definição do âmbito, relatório ambiental e resumo não técnico).

Como resultado, as consultas permitiram a partilha de conhecimento e o acompanhamento da estratégia estabelecida e das considerações ambientais definidas, não se tendo identificado lacunas de responsabilidade, ou sobreposições, entre os vários agentes que pudessem levantar potenciais problemas de governança respeitantes às prioridades e objetivos estratégicos.

Pode-se destacar que desde 2016 foram implementadas várias intervenções/ações no território que tiveram o apoio ou consulta de algumas entidades da tutela, como é o caso da Agência Portuguesa do Ambiente (matérias de estudos de impacte ambiental, intervenções nas massas de água, ect.); Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (reflorestamento de áreas ardidas, programas de sensibilização, aplicabilidade do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, ect.); Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (criação de áreas de reabilitação urbana e respetivas operações de reabilitação urbana, intervenções em habitação social, ect); Património Cultural, I.P. (classificação de novos imóveis; intervenções no património classificado; fiscalização das intervenções sobre o património, ect).

Para a identificação de oportunidades de melhoria, o Município de Terras de Bouro tem total disponibilidade para receber orientações das entidades que permitam agilizar e viabilizar a execução de possíveis ações/intervenções no território concelhio, procurando minimizar barreiras e encontrar soluções técnica e economicamente aceitáveis para a mitigação dos riscos ambientais identificados.

### 3. ALTERAÇÃO NO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

A AAE deve ser coerente com a dinâmica do ciclo de planeamento do PDM de Terras de Bouro, devendo ser aplicada sempre que se verifica uma alteração da orientação estratégica dos investimentos e do Quadro de Referência Estratégico (QRE) que os enquadra.

Ao longo dos últimos anos, ocorreram profundas alterações no quadro legal do ordenamento do território, resultando, complementarmente, a revisão e/ou elaboração de alguns IGT, consubstanciados na figura de planos, programas e estratégias que têm vindo a orientar a elaboração dos IGT à escala municipal e, sobretudo, a reforçar a sua componente estratégica em domínios de intervenção de natureza diversa, de entre eles se destacando o domínio ambiental.

Considerando a dinâmica ocorrida, importa agora verificar as alterações ocorridas no QRE, pelo que se apresenta no quadro seguinte a atualização do QRE que serviu de base para a elaboração da AAE da 1.<sup>a</sup> RPDM de Terras de Bouro.

Quadro 1 | Atualização do Quadro de Referência Estratégico

QRE - 2015	QRE - 2025
<b>Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)</b>	<b>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)</b>  (Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto)
<b>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</b>	<b>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</b>  (Lei n.º 99/2019, de 05 de setembro)
<b>Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR)</b>	<b>Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR)</b>  (Dezembro de 2014)
<b>Plano Nacional da Água (PNA)</b>	<b>Plano Nacional da Água (PNA)</b>  (Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro)
<b>Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndio (PNDFCI)</b>	<b>Programa Nacional de Ação do Plano Nacional para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA PNGIFR)</b>  (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020 de 16 de junho)
<b>Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)</b>	<b>Estratégia Turismo 2027</b>
<b>Plano Estratégico Nacional do Turismo de Natureza (PENTN)</b>	 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro)
<b>Plano Rodoviário Nacional (PRN)</b>	<b>Plano Rodoviário Nacional (PRN)</b>  (Decreto-Lei n.º 222/98 (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003))

QRE - 2015	QRE - 2025
<b>Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+)</b>	<b>Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI)</b> (Resolução da Assembleia da República n.º 154/2019, de 23 de agosto)
<b>Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)</b>	<b>Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio)
<b>Estratégia Nacional para a Floresta (ENF)</b>	<b>Estratégia Nacional para a Floresta (ENF)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro)
<b>Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)</b>	<b>Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, prorroga até 31 de dezembro de 2025) <b>Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto)
<b>Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)</b>	<b>Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, 30 de junho)
<b>Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II)</b>	<b>Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março)
<b>Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II)</b>	<b>Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro)
<b>Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)</b>	<b>Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro)
<b>Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)</b>	Não incluído no QRE.
<b>Plano de Ordenamento do Parque Nacional Peneda-Gerês (POPNG)</b>	<b>Plano de Ordenamento do Parque Nacional Peneda-Gerês (POPNG)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 04 de fevereiro) <b>Plano de Gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Peneda/Gerês</b> (Portaria n.º 225/2025/1, de 16 de maio)
<b>Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC)</b>	<b>Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2002, de 7 de maio)

QRE - 2015	QRE - 2025
<b>Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)</b>	<b>Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho)
<b>Plano da Bacia Hidrográfica do Cávado (PBHC)</b>	<b>Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima (PGRH-RH1)</b> <b>Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (PGRH-RH2)</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril)
<b>Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N)</b>	<b>Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N)</b> (Não publicado)
<b>Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROFBM)</b>	<b>Programa Regional de Ordenamento Florestal Entre Douro e Minho (PROF-EDM)</b> (Portaria n.º 58/2019 de 11 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 18/2022 de 5 de janeiro)
<b>Programa de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos Territoriais de Proximidade 2007-2013 (PAISCTP)</b>	Não incluído no QRE.
<b>Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio (PMDFCI)</b>	<b>Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio (PMDFCI)</b> (Junho de 2017)

Deverá ainda se considerar além dos planos, programas ou estratégias definidas anteriormente, os seguintes planos com âmbito:

#### Nacional

- **Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (Estratégia 2030):** Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto
- **Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil (PNEPC):** Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013, de 11 de dezembro
- **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD):** Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro
- **Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030):** Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, atualizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2024, de 30 de outubro e Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025, de 10 de abril
- **Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050):** Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho

- **Plano Nacional para a Economia Circular (PAEC):** Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2019, de 2 de julho

**Regional**

- **Programa Operacional Regional do Norte 2021-2027 (NORTE 2030):** Dezembro de 2020
- **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) Cávado 2030:** Junho de 2021
- **Plano de Ação e Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) do Cávado:** Julho de 2016
- **Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC) de Braga:** Outubro de 2016

**Municipal**

- **Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Terras de Bouro:** Junho de 2015

## 4. ACOMPANHAMENTO DAS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO

Da análise e avaliação estratégica da 1.<sup>a</sup> RPDM de Terras de Bouro resultou um conjunto de riscos e oportunidades que decorreram da sua implementação, identificados no relatório ambiental e declaração ambiental.

Para a avaliação destes riscos e oportunidades foram definidas diretrizes de seguimento, separadas por fatores críticos para a decisão, que permite assegurar o acompanhamento da 1.<sup>a</sup> RPDM de Terras de Bouro durante o seu período de vigência. Contudo, através da atual avaliação detetam-se um extenso número de diretrizes, que impede uma avaliação direcionada e concreta, sendo que algumas diretrizes correspondiam a recomendações aplicáveis durante a elaboração do PDM.

Neste sentido, as diretrizes foram alvo de verificação da sua adequação ao atual contexto de realização deste relatório, tendo sido selecionadas as que se consideram relevantes para o processo atual.

**Quadro 2 | FCD Património Cultural**

Critério	Recomendação	Aplicação
Património Arqueológico e Arquitetónico	As intervenções realizadas ao nível do património deverão ser unicamente operações de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios, elementos ou quaisquer outras construções.	<p><u>PDM em vigor:</u></p> <p>Artigo 43.º: As intervenções na categoria de “Espaços Culturais” são subordinadas às necessidades da preservação e valorização dos bens culturais, pelo que qualquer alteração dos usos e ocupação do solo fica condicionada, nos termos da legislação aplicável ao património arqueológico, à prévia realização de trabalhos arqueológicos, em função dos quais, por análise casuística dos seus resultados, serão conformadas, de acordo com o referido preceituado legal, as soluções de preservação e eventual valorização dos elementos e vestígios arqueológicos identificados.</p> <p>Artigo 19.º: Nas condições gerais do uso do solo, no artigo específico, define que a demolição de edifícios não derroga quaisquer condicionamentos à demolição ou modificações de edificações decorrentes de medidas legais ou regulamentares de salvaguarda do património edificado, a incluir as estabelecidas no PDM.</p> <p>Secção 2 – Valores patrimoniais: identifica que os valores patrimoniais apresentam dispor de áreas de proteção.</p> <p>Anexo IV – Serviços Administrativas e Restrições de Utilidade Pública.</p>

Critério	Recomendação	Aplicação
	<p>Promover ações de sensibilização relativamente à preservação e valorização do património arqueológico e arquitetónico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Julho de 2021<sup>2</sup>: Município de terras de Bouro publica novo mapa turístico das Caldas do Gerês – o mapa constituiu uma forma de construção e de promoção da identidade territorial e tinha como grande objetivo orientar os turistas que se deslocavam ao Gerês.</li> <li>• Abril de 2023<sup>3</sup>: Dia Internacional dos Monumentos e Sítios no Núcleo Museológico de Campo do Gerês com “Portas Abertas” – pretendeu-se divulgar estratégias que demonstrem o potencial da pesquisa e das práticas patrimoniais enquanto elemento de resiliência e estabilidade do a diversidade do património construído e imaterial.</li> <li>• Dezembro de 2023<sup>4</sup>: Vezeira de Vilar da Veiga no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial oficializada em Diário da República.</li> <li>• Janeiro de 2025<sup>5</sup>: Abertura do procedimento de classificação da Ponte de Quintão, na freguesia da Carvalheira.</li> </ul>
	<p>Deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Planos de Urbanização e Planos de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável.</p>	<p><u>PDM em vigor:</u> Artigo 95.º - Orientações programáticas – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão:</p>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/municipio-de-terrass-de-bouro-publica-novo-mapa-turistico-das-caldas-do-geres?highlight=WyJwYXRyaW1cdTAwZjNuaW8iLCJwYXRyaW1cdTAwZjNuaW9zI0=> (Acedido a 5 de agosto de 2025).

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/i-u-o-e-18?highlight=WyJwYXRyaW1cdTAwZjNuaW8iLCJwYXRyaW1cdTAwZjNuaW9zI0=> (Acedido a 5 de agosto de 2025).

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/vezeira-de-vilar-da-veiga-no-inventario-nacional-do-patrimonio-cultural-imaterial-oficializada-em-diario-da-republica?highlight=WyJwYXRyaW1cdTAwZjNuaW8iLCJwYXRyaW1cdTAwZjNuaW9zI0=> (Acedido a 5 de agosto de 2025).

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/cultura/abertura-do-procedimento-de-classifica%C3%A7%C3%A3o-da-ponte-de-quint%C3%A3o,-na-freguesia-da-carvalheira?highlight=WyJwYXRyaW1cdTAwZjNuaW8iLCJwYXRyaW1cdTAwZjNuaW9zI0=> (Acedido a 5 de agosto de 2025).

**Quadro 3 | FCD Património Natural**

Critério	Recomendação	Aplicação
Património Natural	<p>Promover a conservação e a valorização do património natural e da biodiversidade, nomeadamente o relatório integrado na Rede Natura 2000.</p>	<p><b>PDM em vigor:</b></p> <p>Artigo 4.º - Articulação com outros instrumentos de gestão territorial: a elaboração da 1.ª RPDM teve articulação com o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda -Gerês (POPNG) e do Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC), de modo a garantir a disciplina de uso do solo decorrente dos regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e de gestão compatível com a utilização sustentável do território neles estabelecidos, o qual prevalece sobre as disposições do PDM.</p> <p><b>CAPÍTULO VII-A – Regimes especiais de salvaguarda; Secção I – Regime de salvaguarda das áreas inseridas no Parque Nacional da Peneda-Gerês e Secção II – Regime de salvaguarda da zona de proteção da albufeira da Caniçada</b></p> <p>Anexo IV – Servições Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, n.º 1, alínea d) Recursos ecológicos: áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN), áreas protegidas, nomeadamente o Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), e Rede Natura 2000, nomeadamente ZEC Serra da Peneda Gerês (PTCON0001) e ZPE Serra do Gerês (PTZPE0002).</p>
	<p>Criação de corredores verdes, que salvaguardem a sustentabilidade ecológica e que promovam as qualidades naturais do concelho.</p>	<p><b>PDM em vigor:</b></p> <p>Anexo V - Orientações e Determinações do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo-Minho e Medidas de Defesa da Floresta: o PDM integrar as orientações estratégicas florestais constantes no PROF específico, o que dá cumprimento aos corredores ecológicos incidentes no território do concelho de Terras de Bouro.</p>
	<p>Salvaguardar, proteger e valorizar cada um dos subsistemas que constituem a REN.</p>	<p><b>PDM em vigor:</b></p> <p>Anexo IV – Servições Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, n.º 1, alínea d) Recursos ecológicos: áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN), áreas protegidas, nomeadamente o Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), e Rede Natura 2000, nomeadamente ZEC Serra da Peneda Gerês (PTCON0001) e ZPE Serra do Gerês (PTZPE0002).</p>

Critério	Recomendação	Aplicação
Conservação e Gestão dos Habitats	<p>Desenvolver ações de sensibilização para a proteção da floresta.</p>	<p><u>Projetos de sensibilização da comunidade escolar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Março de 2021<sup>6</sup>: Projeto “Os Fantásticos da Natureza”, desenvolvido pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, com o apoio da Direção-Geral da Educação, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, da Agência Portuguesa do Ambiente e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, em parceria com a Câmara Municipal de Terras de Bouro.</li> <li>• Agosto de 2024<sup>7</sup>: O programa ‘Raposa Chama’, visa incentivar as crianças a tornarem-se embaixadoras da causa de um Portugal protegido contra incêndios rurais graves. O grande objetivo deste programa, financiado pelo ICNF/Fundo Ambiental, é sensibilizar e educar as crianças de hoje que serão os futuros decisores de amanhã sobre os comportamentos de risco de incêndio, acreditando que no presente, podem ter o papel crucial de educar também os adultos, principalmente através da sua rede familiar.</li> <li>• Outubro de 2024<sup>8</sup>: o IRIS - Festival de Imagem de Natureza do Gerês voltou a promover uma sessão de sensibilização ambiental para os alunos do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB).</li> <li>• Dezembro de 2024<sup>9</sup>: apresentação da peça teatral “Terra Queimada”, que visa sensibilizar a população residente na periferia externa do Parque Nacional para a importância da prevenção de incêndios rurais e para a adoção de medidas de autoproteção. Os espetáculos foram realizados na Vila do Gerês, tendo registado uma adesão significativa de público, fatores apresentados na sessão com a comunidade local e patrocinados pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, IP (AGIF) e pela Direção Regional de Cultura do Norte.</li> </ul> <p><u>Apresentação da terra apresentada pela Florestas<sup>10</sup></u> - sensibilizar a comunidade para a preservação da natureza e para o seu papel na conservação das florestas.</p>

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/projeto-os-fantasticos-da-natureza-apresentado-na-sessao-com-a-comunidade-local-e-patrocinado-pela-companhia-astro-mundo-e-patrocinado-pela-agencia-para-a-gestao-integrada-de-fogos-rurais-ip-agif-e-pela-direcao-regional-de-cultura-do-norte> (Acedido a 5 de agosto de 2025).

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/educacao/as-criancas-de-terras-de-bouro-estao-a-apresentar-ao-publico-o-iris-foi-a-escola>?highlight=WyJzZW5zaWJpbGl6YVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJzZW5zaWJpbGl6YW5kbylsInNbnNpYmlsaXphcilsInNbnNpYmlsaXphZG9zIwic2Vuc2liaWxpeMfyZW0iLCJzZW5zaWJpbGl6YWRhcyIsInNbnNpYmlsaXphcilsInNbnNpYmlsaXphZG8iXQ== (Acedido a 5 de agosto de 2025).

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/cultura/o-iris-foi-a-escola?highlight=WyJzZW5zaWJpbGl6YVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJzZW5zaWJpbGl6YW5kbylsInNbnNpYmlsaXphcilsInNbnNpYmlsaXphZG9zIwic2Vuc2liaWxpeMfyZW0iLCJzZW5zaWJpbGl6YWRhcyIsInNbnNpYmlsaXphcilsInNbnNpYmlsaXphZG8iXQ==> (Acedido a 5 de agosto de 2025).

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/terras-de-bouro-apresentou-a-pe-a-teatral-terra-queimada?highlight=WyJzZW5zaWJpbGl6YVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJzZW5zaWJpbGl6YW5kbylsInNbnNpYmlsaXphcilsInNbnNpYmlsaXphZG9zIwic2Vuc2liaWxpeMfyZW0iLCJzZW5zaWJpbGl6YWRhcyIsInNbnNpYmlsaXphcilsInNbnNpYmlsaXphZG8iXQ==> (Acedido a 5 de agosto de 2025).

Critério	Recomendação	Aplicação
	Promover ações de manutenção do estado de conservação dos habitats.	Nada a apontar.
	Controlar/erradicar focos de vegetação invasora nas galerias ripícolas.	Nada a apontar.
Conservação e Gestão da Paisagem	Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes.	<u>PDM em vigor</u> : O regulamento do PDM estabelece, as regras para o uso, ocupação e transformação do uso do solo em todo o território do concelho de Terras de Bouro, definindo o ordenamento agrícola e florestal.
	Definir orientações para a elaboração de planos de integração paisagística para as explorações de massas minerais licenciadas.	Nada a apontar.
	Articulação de possíveis traçados de ecopistas e de percursos pedonais na EEM e com pontos de passagem por aglomerados de maior valor patrimonial e/ou turístico e áreas de infraestruturas de recreio e lazer.	Nada a apontar.
Património Florestal	Fomentar a reabilitação ecológica da área florestal e outras onde tal seja possível através da implementação de um plano de requalificação do coberto vegetal.	Nada a apontar.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/ambiente/inscri%C3%A7%C3%A5es-abertas-para-o-programa-voluntariado-jovem-para-as-florestas?highlight=WyJzZW5zaWJpbG16YWx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJzZW5zaWJpbG16YW5kbyIsInNlbnNpYmlsaXphcilsInNlbnNpYmlsaXphZG9zliwic2Vuc2liaWxpmemFyZW0iLCJzZW5zaWJpbG16YWRhcyIsInNlbnNpYmlsaXphbSlsInNlbnNpYmlsaXphbSlsInNlbnNpYmlsaXphZG8iXQ==> (Acedido a 5 de agosto de 2025).

Critério	Recomendação	Aplicação
	<p>Promover ações de reflorestação das áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Novembro de 2018<sup>11</sup>: Reflorestação de áreas ardidas com plantas autóctones, em uma área ardida por um incêndio florestal na freguesia do Campo do Gerês, numa área de 3297,70 m<sup>2</sup>, pertencente aos Baldios.</li> <li>Março de 2021<sup>12</sup>: Decorreu uma atividade de replantação de novas árvores por parte da Associação de Comparte dos baldios do Campo do Gerês. Foram assim plantadas nove pereiras bravas, dez azinheiras, dez castanheiros, dez jubarveiras, trinta sobreiros entre outras.</li> <li>Março de 2023<sup>13</sup>: Ação de reflorestação no PNPG com mais de 300 árvores autóctones (parceria entre a Câmara Municipal e ICNF, I.P.).</li> <li>Abril de 2024<sup>14</sup>: Cooperação transfronteiriça proporcionou uma ação de reflorestação com 1000 pinheiros (<i>Pinus Sylvestris</i>), árvores provenientes dos bosques nacionais.</li> </ul>
	<p>Desenvolvimento de mecanismos operativos que promovam iniciativas ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis, nas áreas florestais, em particular das áreas florestais de proteção.</p>	<p>Nada a apontar.</p>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/reflorestacao-de-areas-ardidas-com-plantas-autoctones-arboreto-pnpg-go?highlight=WyJyZWZsb3Jlc3RhXHUwMGU3XHUwMGY1ZXMiLCJyZWZsb3Jlc3RhXHUwMGU3XHUwMGUzbyJd> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/reflorestacao1-de-areas-ardidas-com-plantas-autoctones-arboreto-pnpg-go-2?highlight=WyJyZWZsb3Jlc3RhXHUwMGU3XHUwMGY1ZXMiLCJyZWZsb3Jlc3RhXHUwMGU3XHUwMGUzbyJd> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/municipio-de-terras-de-bouro-promoveu-acao-de-reflorestacao-no-parque-nacional-da-peneda-geres?highlight=WyJyZWZsb3Jlc3RhXHUwMGU3XHUwMGY1ZXMiLCJyZWZsb3Jlc3RhXHUwMGU3XHUwMGUzbyJd> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/cooperacao-transfronteiriaca-proporcionou-plantacao-de-1000-pinheiros?highlight=WyJyZWZsb3Jlc3RhXHUwMGU3XHUwMGY1ZXMiLCJyZWZsb3Jlc3RhXHUwMGU3XHUwMGUzbyJd> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

**Quadro 4 | FCD População**

Critério	Recomendação	Aplicação
Educação e Qualificação	<p>Fomentar a organização de ações de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Julho de 2017<sup>15</sup>: Programa Qualifica - estabelece "como prioridade política de âmbito nacional a revitalização da educação e formação de adultos, enquanto pilar central do sistema de qualificações." Destina-se a adultos com idade igual ou superior a 18 anos que procurem melhorar as suas qualificações e a jovens, entre os 15 e os 29 anos, que não estejam empregados, nem a estudar ou a frequentar formação (Jovens NEET).</li> <li>• Janeiro de 2018<sup>16</sup>: Formação profissional gratuita   Com área de educação em Turismo e Lazer.</li> <li>• Dezembro de 2019<sup>17</sup>: Formação Profissional – Parceria CONFAGRI / Câmara Municipal de Terras de Bouro - cursos financiados de formação profissional relativamente a Conduzir e Operar com Tratores em Segurança (COT'S).</li> </ul>
	<p>Reforço da rede de equipamentos de educação, fomentando-se a formação profissional e tecnológica, de modo a dotar o concelho de mão-de-obra qualificada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Outubro de 2020<sup>18</sup>: Programa "Jovem + Digital", programa de formação jovens com habilitação de nível secundário ou superior para a aquisição de competências na área digital.</li> <li>• Março de 2021 e Janeiro de 2025<sup>19</sup>: O Município de Terras de Bouro informa que a Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA) tem abertas inscrições para formações modulares, certificadas e 100% financiadas, que integram um plano financiado pelo POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.</li> </ul>

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/programa-qualifica?highlight=WyJmb3JtYVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJwcm9maXNzaW9uYWwiLCJwcm9maXNzaW9uYWxpc21vI0=> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/formacao-profissional-gratuita-turismo-e-lazer?highlight=WyJmb3JtYVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJwcm9maXNzaW9uYWwiLCJwcm9maXNzaW9uYWxpc21vI0=> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/formacao-profissional-parceria-confagri-camara-municipal-de-terrass-de-bouro?highlight=WyJmb3JtYVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJwcm9maXNzaW9uYWwiLCJwcm9maXNzaW9uYWxpc21vI0=> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>18</sup> Disponível em: <https://cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/programa-jovem-digital-programa-de-formacao-para-a-aquisicao-de-competencias-na-area-digital> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/atahca-com-formacoes-a-distancia-100-financiadas?highlight=WyJmb3JtYVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJwcm9maXNzaW9uYWwiLCJwcm9maXNzaW9uYWxpc21vI0=> e <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/sociedade/atahca-percurso-formativo-para-desempregados-as-presencial-com-inscri%C3%A7%C3%A7%C3%85es-at%C3%A9A9-24-01-2025?highlight=WyJmb3JtYVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJwcm9maXNzaW9uYWwiLCJwcm9maXNzaW9uYWxpc21vI0=> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

Critério	Recomendação	Aplicação
	Promover a qualificação da população da população ativa desempregada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Julho de 2017<sup>15</sup>: Programa Qualifica - estabelece "como prioridade política de âmbito nacional a revitalização da educação e formação de adultos, enquanto pilar central do sistema de qualificações." Destina-se a adultos com idade igual ou superior a 18 anos que procurem melhorar as suas qualificações e a jovens, entre os 15 e os 29 anos, que não estejam empregados, nem a estudar ou a frequentar formação (Jovens NEET).</li> </ul>
	Promover o aumento da taxa de emprego e formação profissional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Outubro de 2022<sup>20</sup>: O Executivo Municipal e a Assembleia Municipal de Terras de Bouro aprovaram, no mês de setembro, o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) de Terras de Bouro, cumprindo o previsto na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) 2018-2030 "Portugal + Igual".</li> </ul>
	Promover ações de formação profissional orientada para as áreas de empregabilidade mais carenteias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maio de 2022<sup>21</sup>: Programa de capacitação de cuidadores - O Município de Terras de Bouro, em parceria com o Projeto CLDS 4GEIRA (Gerações, Emprego, Inclusão e Revitalização de atividades) no concelho de Terras de Bouro, sob a coordenação da ATAHCA, desenvolveu um Programa de Capacitação de Cuidadores/as Informais. Este tem como objetivo dotar os/s Cuidadores/as Informais com conhecimentos práticos e técnicos que lhes permitirão solucionar os diversos obstáculos com que se deparam diariamente.</li> </ul>
Apoio à 3.ª Idade e Serviços de Saúde	Qualificar a rede de equipamentos de utilização coletiva e promover uma correcta utilização e gestão dos equipamentos de apoio à 3.ª idade.	
	Adoção de soluções que facilitem o acesso da população, em especial a mais idosa, aos serviços e equipamentos existentes no concelho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Novembro de 2020<sup>22</sup>: Centro Social de Rio Caldo investe em equipamentos e remodelação de infraestruturas - O Centro Social e Paroquial de Rio Caldo, dinamiza, duas valências, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas</li> </ul>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/aprovado-o-plano-municipal-para-a-igualdade-e-nao-discriminacao-de-terras-de-bouro?highlight=WyJpbmNsdXNcdTAwZTNvI0=> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/4?highlight=WyJpbmNsdXNcdTAwZTNvI0=> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/centro-social-de-rio-caldo-investe-em-equipamento-e-remodelacao-de-infraestruturas?highlight=WyJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYXMiLCJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYSJd> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

Critério	Recomendação	Aplicação
	<p>Prever a instalação de novos equipamentos de apoio à 3<sup>a</sup> idade nos aglomerados rurais mais isolados e mais envelhecidos.</p>	<p>(ERPI), recebeu investimento em equipamentos (camas articuladas com grades e colchões, mesas de cabeceira, cadeirões relax, mesas, cadeiras, máquina de secar roupa, máquina de lavar roupa, armários frigoríficos e cadeiras de rodas) com vista à substituição do equipamento existente.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Setembro de 2024<sup>23</sup>: Aprovados os Instrumentos Estratégicos para a Promoção do Desenvolvimento Social (PDS) de Terras de Bouro e o Plano de Ação do CLDS 5GEIRA - Foram aprovados dois instrumentos estratégicos fundamentais para o planeamento e monitorização das políticas e abordagens locais em matéria de ação social – o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2024-2030.</li> </ul> <p>Em relação ao PDS, além da exposição da visão estratégica para o desenvolvimento social no concelho de Terras de Bouro para o horizonte 2030 (Terras de Bouro focado na criação de oportunidades de equidade, coesão social e qualidade de vida no território), foram, igualmente, apresentados os três pilares de ação estratégica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pilar 1:Educação, Emprego, Formação e Qualificações; Pilar 2: Vida Autónoma, Envelhecimento e Longevidade; e Pilar 3: Desenvolvimento Social e Capacitação Comunitária.</li> </ul> <p>A finalizar, foram elencadas as dimensões de intervenção, objetivos e projetos a desenvolver em cada pilar e ao nível da rede de respostas sociais, assim como descrição do modelo de governação do PDS.</p>
Dinâmica Populacional	Promover uma política adequada da gestão de resíduos.	Nada a apontar.
	Promover uma correta utilização e gestão dos espaços públicos.	Nada a apontar.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/acao-social/aprovados-os-instrumentos-estrat%C3%A9gicos-para-a-promo%C3%A7%C3%A3o-do-desenvolvimento-social-de-terras-de-bouro-e-o-plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-do-clds-5geira?highlight=WyJpbmNsdXNcdTAwZTNvIlo=> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

Critério	Recomendação	Aplicação
	<p>Garantir o acesso a sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais a toda a população residente em Terras de Bouro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Março de 2018<sup>24</sup>: Celebrado o auto de consignação de obra sobre a empreitada de execução do Sistema Intercetor de Terras de Bouro - investimento na construção das infraestruturas no Vale do Homem, três estações elevatórias e cerca de 3 km de coletores, será na ordem dos 850.000,00 euros e proporciona o tratamento adequado dos efluentes produzidos pela população abrangida.</li> <li>• Fevereiro e abril de 2023<sup>25</sup>: A Câmara Municipal instala a fossa biológica em Carvalheira e Chamoim - A aposta do Executivo Municipal na implementação, requalificação e inovação do sistema de saneamento básico de Terras de Bouro, assim, neste âmbito e no seguimento de candidaturas ao Fundo Ambiental prossegue o forte investimento em infraestruturas básicas, espelhado agora com a instalação de fossa biológica no lugar de Cabaninhas (freguesia de Carvalheira) e lugar de Padrós (freguesia de Chamoim), um sistema "mais amigo do ambiente" e que se torna fundamental para a saúde, para a qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.</li> </ul>
	<p>Assegurar que os sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar da forma adequada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fevereiro de 2023<sup>26</sup>: Assinatura dos contratos das empreitadas para a rejeição de águas residuais - foram</li> </ul>

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/celebrado-auto-de-consignacao-de-obra-sobre-a-empreitada-de-execucao-do-sistema-intercetor-de-terras-de-bouro?highlight=WyJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYXMiLCJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYSJd> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/camara-municipal-instala-fossa-biologica-em-carvalheira?highlight=WyJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYXMiLCJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYSJd> e <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/camara-municipal-instala-fossa-biologica-em-chamoim?highlight=WyJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYXMiLCJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYSJd> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/assinatura-dos-contratos-das-empreitadas-para-a-rejeicao-de-aguas-residuais-no-concelho-de-terras-de-bouro?highlight=WyJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYXMiLCJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYSJd> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

Critério	Recomendação	Aplicação
	<p>Garantir que as águas residuais descarregadas pelas ETAR existentes no território concelhio apresentam um grau de tratamento adequado, assegurando o cumprimento das normas de descargas constantes na legislação em vigor.</p>	<p>assinados os contratos de execução das empreitadas para a Rejeição de Águas Residuais para o Lugar de Raposeira, Rio Caldo e Rejeição de Águas Residuais no Gerês, Vilar da Veiga; para o Lugar da Seara, Rio Caldo e no Lugar de Pereiró, Vilar da Veiga; para o Lugar de Parada, freguesia de Rio Caldo e Lugar de Sequeirós, freguesia de Chamoim, e ainda para os Lugares de Paredes e Assento, freguesia de Carvalheira nos Lugares de Freitas e Sá, freguesia de Covide.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Junho de 2023<sup>27</sup>: Assinatura dos contratos das empreitadas para a rejeição de águas residuais nas freguesias de Rio Caldo, Carvalheira, Chamoim, Campo do Gerês e Moimenta.</li> </ul>
	<p>Adotar Planos de Redução de Ruído para as áreas expostas a valores superiores aos regulamentares.</p>	<p>Nada a apontar.</p>

**Quadro 5 | FCD Mobilidade**

Critério	Recomendação	Aplicação
Acessibilidade	<p>Promover o correto ordenamento, gestão e manutenção da rede viária intra e interconcelhia.</p>	<p><u>PDM em vigor</u>: a estrutura viária é identificada no ordenamento do PDM, assim como suas especificações, como seus condicionamentos de salvaguarda e proteção (Capítulo VIII) e programação e execução do Plano (Capítulo IX).</p>
	<p>Sugere-se que seja reduzido o impacto das novas vias estruturantes, que deverão assim atender à integração paisagística e ao equilíbrio funcional, assim como a integração de questões relativas à segurança.</p>	<p>Nada a apontar.</p>
	<p>Garantir a existência de condições de acessibilidade adequadas para acesso aos espaços públicos e às estruturas edificadas.</p>	<p>Nada a apontar.</p>
Transportes	<p>Monitorizar o número de utilizadores da rede de transportes públicos.</p>	<p>Nada a apontar.</p>

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/assinatura-do-contrato-da-empreitada-para-a-rejeicao-de-aguas-residuais-nas-freguesias-de-rio-caldo-carvalheira-chamoim-campo-do-geres-e-moimenta?highlight=WyJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYXMiLCJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYSJd> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

Critério	Recomendação	Aplicação
	Melhorar a oferta de transportes públicos (horários, percursos, etc.).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agosto de 2019<sup>28</sup>: Terras de Bouro adere ao Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos Coletivo – destina-se também ao aumento da oferta de serviços.</li> </ul>
	Promoção de uma política de transportes coletivos que promova o acesso aos serviços e equipamentos com maior área de influência.	Nada a apontar.
	Incentivar a utilização de transportes públicos coletivos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agosto de 2019<sup>28</sup>: Terras de Bouro adere ao Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos Coletivo.</li> </ul>

**Quadro 6 | FCD Desenvolvimento Rural**

Critério	Recomendação	Aplicação
Turismo e Turismo de Natureza	Divulgar e sensibilizar para as potencialidades do concelho para o Turismo em Espaço Rural.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maio de 2016<sup>29</sup>: O Município de Terras de Bouro e a Associação Gerês Viver Turismo, promovem a edição do Intercâmbio empresarial do setor turístico do concelho de Terras de Bouro.</li> <li>Março de 2016<sup>30</sup>: “Fins de Semana Gastronómicos” em Terras de Bouro – o evento promove o concelho de Terras de Bouro e das suas potencialidades gastronómicas. <i>“As características naturais, patrimoniais e culturais de Terras de Bouro, que são um fator decisivo para a forte procura turística que o concelho tem vindo a registar, representam, a par da rica oferta gastronómica, elementos fundamentais na afirmação do concelho enquanto destino de excelência na oferta do turismo de natureza, muito bem complementada com a diversidade e confeção das nossas iguarias gastronómicas, nomeadamente, o excelente cozido à Terras de Bouro e a deliciosa aletria.”</i></li> </ul>

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/terrass-de-bouro-adere-ao-programa-de-apoio-a-reducao-do-tarifario-dos-transportes-publicos?highlight=WyJydVx1MDBIZGRvI0=> (Acedido a 6 de agosto de 2025).

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/2-edicao-do-intercambio-empresarial-do-sector-turistico-do-concelho-de-terrass-de-bouro?highlight=WyJ0dXJpc21vI0=> (Acedido a 7 de agosto de 2025).

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/fins-de-semana-gastronomicos-em-terrass-de-bouro?highlight=WyJ0dXJpc21vI0=> (Acedido a 7 de agosto de 2025).

Critério	Recomendação	Aplicação
	<p>Incentivar a prática de um turismo sustentável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Março de 2016<sup>31</sup>: Festival de Caminhadas em Terras de Bouro - o evento contemplou a realização de cinco trilhos: Ventozelo, Piorneiro, Fomigueiro, Santa Isabel e Rebordochão, acontecimento que trouxe ao concelho muitos amantes da natureza e do pedestrianismo que puderam assim desfrutar das maravilhosas paisagens que caracterizam Terras de Bouro.</li> <li>• Maio de 2016<sup>32</sup>: Peneda-Gerês Trail Adventure.</li> </ul>
	<p>Definir espaços atrativos e qualificados que permitam a sua utilização para práticas de lazer.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Julho de 2016<sup>33</sup>: Inauguração da renovada embarcação turística do “Rio Caldo”, Albufeira da Caniçada – a estrutura fluvial proporcionará a presença de cruzeiros, onde os passageiros poderão desfrutar de uma viagem relaxante e conhecer melhor a Albufeira da Caniçada.</li> </ul>
	<p>Promover o turismo de qualidade que respeite os valores naturais.</p>	<p><b>PDM em vigor:</b> O PDM em vigor tem como objetivos específicos “Potenciar a diversificação de polos de atração turística” e “Preservar, promover e desenvolver os espaços, valores e atividades rurais”, o qual define a categoria de “espaços de ocupação turística”, em solo rústico, determinando o estatuto de ocupação e utilização da categoria, o qual devem respeitar as disciplinas estabelecidas no âmbito do POPNPG, POAC e PSRN2000.</p> <p>Ainda, o PDM permite a presença de empreendimentos turísticos em outras categorias, o qual o PDM identifica e define as diretrizes e regras.</p>
Produtividade (associada ao	Recomenda-se a articulação com sistemas de incentivos ao setor primário.	Nada a apontar.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/iv-festival-de-caminhadas-em-terras-de-bouro?highlight=WyJ0dXJpc21vI0=> (Acedido a 7 de agosto de 2025).

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/peneda-geres-trail-adventure-consagrou-vencedores-nos-geres?highlight=WyJ0dXJpc21vI0=> (Acedido a 7 de agosto de 2025).

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/rio-calido-volta-a-navegar-na-albufeira-da-canicada?highlight=WyJ0dXJpc21vI0==> (Acedido a 7 de agosto de 2025).

Critério	Recomendação	Aplicação
setor primário)	Promover a agricultura biológica no concelho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fevereiro de 2017<sup>34</sup>: O Gabinete de Apoio ao Agricultor do Município de Terras de Bouro organiza sessões destinadas aos agricultores e interessados do concelho, com temáticas como: pagamento ecológico – Greening; medidas agroambientais (agricultura biológica, produção integrada e outras; regime da pequena agricultura; manutenção da atividade agrícola em zona desfavorecidas e outros.</li> </ul>

**Quadro 7 | FCD Riscos Naturais**

Critério	Recomendação	Aplicação
Incêndios Florestais	Deve-se privilegiar o uso de espécies autóctones características da flora da região, pois estas têm maior capacidade de resistência ao fogo.	<u>PDM em vigor:</u> Anexo V – Orientações e Determinações do Plano Regional de Ordenamento Florestal e Medidas de Defesa Florestal: prioriza espécies autóctones adaptadas às condições locais.
	Garantir a manutenção e a gestão adequada dos espaços florestais, de modo a evitar a deflagração de incêndios florestais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maio de 2022<sup>35</sup>: Campo de Ensaio – “Controlo e contenção da proliferação das espécies exóticas invasoras na NUT III Cávado – Conhecer e planejar para agir”.</li> </ul>
	Manter atualizado o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do município de Terras de Bouro.	Nada a apontar.
Movimento de Vertentes	Atualizar o Plano Municipal de Emergência do concelho de Terras de Bouro.	Nada a apontar.
	Estabelecer normas restritivas que assegurem a manutenção do equilíbrio ecológico e que regulamente a edificação em vertentes de risco.	Nada a apontar.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/coloquios-sobre-novos-apoios-aos-agricultores-de-terras-de-bouro?highlight=WyjhZ3JpY3VsdHVyYSlsImJpb2xcdTAwZjNnaWNhcylsImJpb2xcdTAwZjNnaWNvliwiYmlvbFx1MDBmM2dpY29zliwiYmlvbFx1MDBmM2dpY2EiXQ==> (Acedido a 7 de agosto de 2025).

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/arquivo-noticias/2022-05-27-09-11-17?highlight=WyJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYXMiLCJpbmZyYWVzdHJ1dHVyYSJd> (Acedido a 7 de agosto de 2025).

Critério	Recomendação	Aplicação
Risco de Cheias/Inundações	Definir normas específicas para a edificação, sistemas de proteção e de drenagem e medidas de manutenção e recuperação das condições de permeabilidade dos solos.	<u>PDM em vigor:</u> O Regulamento do PDM em vigor defini a edificabilidade em solo rústico e urbano.
	Avaliar e ponderar os interesses ambientais, económicos e sociais dos usos a implantar nas áreas onde ocorram linhas de água ou zonas ameaçadas por cheias.	Nada a apontar.

## 5. ANÁLISE E VERIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO

---

O acompanhamento da execução do plano em matéria de sustentabilidade ambiental será concretizado através da monitorização de indicadores de monitorização e seguimento da avaliação ambiental estratégica estabelecidos em sede de Relatório Ambiental e igualmente assumidos na Declaração Ambiental.

O quadro que se apresenta de seguida incide sobretudo sobre os indicadores definidos pelo Município de Terras de Bouro a quando da elaboração da AAE do atual PDM.

Fazendo uma análise dos indicadores de seguimento, pode-se desde já alertar que alguns indicadores selecionados na AAE vigente são obsoletos e generalistas, e por vezes não é possível obter informações ou mesmo entender o que se pretende avaliar. Desta forma, não se considera que os indicadores devam ser aproveitados na próxima AAE, mas sim que este quadro de indicadores de monitorização seja profundamente revistos, selecionando apenas no limite 20 indicadores que os mesmos sejam selecionados sabendo de antemão que serão facilmente calculados ou a sua informação esteja facilmente disponível.

Apresenta-se em seguida alguns indicadores que poderão ser utilizados numa próxima AAE, direcionados para as temáticas do ambiente, riscos e infraestruturas básicas:

- Acessibilidade física aos sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem de águas residuais (%), fonte: ERSAR/CM);
- Adesão ao serviço de abastecimento de água e drenagem de águas residuais (%), fonte: ERSAR/CM);
- Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%), fonte: INE);
- Massas de água superficiais em estado global bom ou superior (N.º, fonte: APA);
- Massas de água subterrâneas em estado global bom ou superior (N.º, fonte: APA);
- Edifícios expostos a níveis de ruído superiores aos limites legais (N.º, fonte: CM);
- Edifícios em áreas suscetíveis a risco de inundaçāo (N.º, fonte: CM);
- Energia produzida por fontes de energias renováveis (biomassa, eólica, hídrica, etc) (N.º, fonte: DGEG);
- Medidas de mitigação e adaptação para as alterações climáticas implementadas no âmbito do PMAC (N.º, fonte: CM).

**Quadro 8 | Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “Património Cultural”**

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
Património Arqueológico e Arquitetónico	Imóveis com interesse patrimonial alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação	N.º	Anual	CMTB	s/d <sup>36</sup>	s/d	Aumentar/Intensificar
	Imóveis classificados ou em vias de classificação, a nível nacional e municipal	N.º	Bianual	CMTB e Património Cultural, I.P. <sup>37</sup>	MN <sup>38</sup> : 2 IIP: 3 Em Vias de Classificação: 2 (PDM em Vigor)	MN <sup>39</sup> : 2 IIP: 3 CIP: 1 IM: 1 Em Vias de Classificação: 2 (CMTB)	Não aplicável
	Estado de conservação dos elementos patrimoniais (n.º de ações de recuperação realizadas)	N.º	Bianual	CMTB e Património Cultural, I.P. <sup>6</sup>	s/d	s/d	Não aplicável
	Intervenções na envolvente ao património classificado	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Requalificação dos edifícios históricos	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Prospeções em áreas de património arqueológico	ha	Quinquenal	CMTB e Património Cultural, I.P. <sup>6</sup>	s/d	s/d	Não aplicável
	Elementos patrimoniais integrados em percursos e rotas	N.º	Quinquenal	CMTB e TP	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Atividades de promoção e valorização do património	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar

<sup>36</sup> s/d: Sem dados.

<sup>37</sup> Extinta Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN).

<sup>38</sup> MN – Monumento Nacional e IIP - Imóvel de Interesse Público.

<sup>39</sup> MN – Monumento Nacional; IIP - Imóvel de Interesse Público; CIP - Conjunto de Interesse Público; IM - Interesse Municipal.

**Quadro 9 | Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “Património Natural”**

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
Património Natural	Área de solo urbano consolidado	ha	Bianual	CMTB	824,00ha (CMTB)	657,04ha <sup>40</sup> (CMTB)	Aumentar/Intensificar
	Manutenção de sistemas agrícolas e florestais com particular interesse para a conservação da natureza	ha	Anual	INCF	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Espaços verdes públicos criados	ha	Quinquenal	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	N.º e tipologia de medidas de atenuação previstas para as áreas mais sensíveis do ponto de vista da conservação da natureza	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Espécies de fauna e flora ameaçadas	N.º de indivíduos	Anual	ICNF	s/d	s/d	Reducir/Anular
Conservação e Gestão dos Habitats	Espaços verdes criados	ha	Quinquenal	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Planos de gestão e ações de conservação de espécies e habitats	N.º	Quinquenal	CMTB	s/d	s/d	Não aplicável
	Espécies faunísticas e florísticas ameaçadas e protegidas	N.º	Anual	ICNF	s/d	s/d	Não aplicável
	Ações de controlo de espécies invasoras	N.º	Anual	CMTB e ICNF	s/d	s/d	Não aplicável
	Área de infestação com espécies exóticas invasoras	ha	Anual	CMTB e ICNF	s/d	s/d	Não aplicável
	Edifícios em habitats prioritários identificados ao abrigo da RN 2000	N.º	Bianual	CMTB e ICNF	s/d	s/d	Não aplicável
Conservação e Gestão da Paisagem	Medidas de proteção dos habitats classificados	N.º ou % de execução	Anual	CMTB e ICNF	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Licenças de edificação	N.º	Bianual	CMTB	s/d	s/d	Não aplicável
	Edifícios fora dos perímetros urbanos	N.º	Bianual	CMTB	s/d	s/d	Reducir/Anular
Conservação e Gestão da Paisagem	Edificações/construções em áreas com restrição do uso do solo	N.º	Bianual	CMTB	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Novas edificações em sítios/locais com interesse paisagístico	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Impermeabilização do solo	ha/%	Quinquenal	CMTB	s/d	s/d	Não aplicável

<sup>40</sup> Proposta da 2<sup>a</sup> Revisão do PDM (2024).

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
	Área integrada na EEM	ha	Bianual	CMTB	15.534,56ha (PDM em vigor)	15.534,56ha (PDM em vigor)	Não aplicável
	Uso e ocupação das áreas da EEM (usos do solo favoráveis à conservação da natureza)	%	Bianual	CMTB	s/d	55,7% <sup>41</sup> (PDM em vigor)	Não aplicável
	Elementos para integração paisagística	N.%/tipologia	Anual	CMTB	s/d	s/d	Não aplicável
Património Florestal	Área florestal do concelho com Plano de Gestão Florestal	%	Bianual	ICNF	s/d	52,81% de espaços florestais em área de REFLOA 66,92% de áreas florestais (COS2018) em área de REFLOA (CMTB)	Não aplicável
	Área florestal ocupada por povoamentos florestais mistos de autóctones	ha	Bianual	CMTB e ICNF	s/d	s/d	Não aplicável
	Licenciamento em áreas RN 2000	N.º	Anual	CMTB e ICNF	s/d	s/d	Não aplicável
	Grau de cumprimento do PMDFCI (eficácia dos indicadores de monitorização)	%	Bianual	CMTB	s/d	s/d	100%
	Medidas de integração paisagística	N.º e tipologia	Bianual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar

<sup>41</sup> Valores calculados a partir das categorias de espaço agrícola, espaço agroflorestal, espaço florestal e espaços naturais delimitadas no PDM em vigor.

**Quadro 10 | Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “População”**

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
Educação e Qualificação	Investimento no parque escolar	€	Bianual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Taxa de analfabetismo	%	Anual	INE	Ano de Referência 2011: 9,34% (Censo 2021, INE)	Ano de Referência 2021: 5,33% (Censo 2021, INE)	Não aplicável
	Grau de escolaridade	N.º/habitação <sup>42</sup>	Anual	INE	EB – 1.º Ciclo: 38,5% EB – 3.º Ciclo: 14,8% Secundário: 14,7% (Censo 2011, INE)	EB – 1.º Ciclo: 30,2% Secundário: 18,5% EB – 3.º Ciclo: 17,1% (Censo 2021, INE)	Não aplicável
	Abandono escolar precoce	N.º/grupo etário	Anual	INE	s/d	s/d	Reducir/anular
	Investimento público em bolsas de estudo	€	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
Apoio à 3 <sup>a</sup> Idade e Serviços de Saúde	Taxa de cobertura dos equipamentos de serviços de apoio à população idosa	%	Anual	CMTB e IPSS	s/d	73,3% (Carta Social, 2025)	Aumentar/Intensificar
	Serviços de saúde	N.º	Bianual	CMTB e SNS	Centro de Saúde: 1 Extensão de Saúde: 1 (CMTB, 2019)	Centro de Saúde: 1 Extensão de Saúde: 1 Farmácias: 3 (CMTB, 2024)	Aumentar/Intensificar
	Lar de idosos e centros de dia	% de cobertura/utilização	Bianual	CMTB	s/d	Centro de Dia: 94,1% Lar de Idosos: 93,4% (Carta Social,	Aumentar/Intensificar

<sup>42</sup> Alterar por percentagem de população com nível de escolaridade.

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
						2025)	
Dinâmica Populacional	Equipamentos coletivos	% de cobertura/utilização	Bianual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Variação da população residente	%	Anual	INE	s/d	Entre 2011 e 2021: -12,3% (INE)	Não aplicável
Dinâmica Populacional	Densidade populacional	hab./km <sup>2</sup>	Anual	INE	Ano de Referência 2011: 26,14 hab./km <sup>2</sup> (Censos 2011, INE)	Ano de Referência 2021: 22,92 hab./km <sup>2</sup> (Censos 2021, INE)	Não aplicável
	Evolução da população residente, em idade ativa	N.º	Anual	INE	Entre 2001 e 2011: -10,0% (INE)	Entre 2011 e 2021: -12,3% (INE)	Aumentar/Intensificar
Dinâmica Populacional	População ativa por grupo etário	N.º	Anual	CMTB e INE	Ano de Referência: 2015  15-24 anos: 682 25-64 anos: 3.472 65 e mais anos: 1.746 (INE)	Ano de Referência: 2023  15-24 anos: 662 25-64 anos: 3169 65 e mais anos: 1944 (INE)	Não aplicável
	População ativa por setor de atividade	N.º	Anual	CMTB e INE	s/d	s/d	Não aplicável
	Taxa de desemprego	%	Anual	INE	Ano de Referência 2011: 17,10% (Censos 2011, INE)	Ano de Referência 2021: 10,04% (Censos 2021, INE)	Diminuir/Minimizar

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais <sup>43</sup>	%	Anual	CMTB e INE	Proporção de alojamentos servidos por saneamento – 27,0% (INE, 2015)	Proporção de alojamentos servidos por saneamento – 37,0% (INE, 2021)	Atingir os objetivos do PEANSAARP (70%)
	População servida por sistemas de abastecimento de água	%	Anual	CMTB e INE	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água – 89,0% (INE, 2015)	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água – 94,0% (INE, 2021)	Atingir os objetivos do PEANSAARP (2030 - 95%)
	Cobertura da recolha seletiva de RSU <sup>44</sup>	%	Anual	CMTB e INE	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Capitação de espaços verdes públicos	m <sup>2</sup> /hab	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar

<sup>43</sup> Sugere-se a alteração do indicador para “Acessibilidade física aos sistemas públicos de drenagem de águas residuais e abastecimento de água” (Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal, 2024).

<sup>44</sup> Sugere-se a alteração do indicador para “Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem” (INE).

**Quadro 11 | Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “Mobilidade”**

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
Acessibilidade	Extensão de vias pedonais e ciclovias	km	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	N.º de intervenções para a construção de passeios e ciclovias	N.º	Bianual	CMTB	s/d	s/d	Não aplicável
	Rede viária qualificada	km	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	População afetada por níveis de ruído elevado	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Relação entre a extensão de vias projetadas e executadas	%	Anual	CMTB	s/d	s/d	Não aplicável
	Movimentos pendulares	N.º	Anual	CMTB	Automóvel ligeiro - como condutor: 1157 A pé: 556 Autocarro: 534 Automóvel ligeiro - como passageiro: 443 (Censo 2011, INE)	Automóvel ligeiro - como condutor: 1290 A pé: 467 Autocarro: 365 Automóvel ligeiro - como passageiro: 323 (Censo 2021, INE)	Aumentar/Intensificar
Transportes	Tempo de deslocação por tipo de meio de transporte	Minutos/meio de transporte	Anual	INE	s/d	s/d	Reducir
	Cobertura da rede de transportes públicos	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Utilizadores da rede de transportes públicos	N.º	Anual	CMTB	Autocarro: 534 Transporte coletivo da empresa ou da escola: 348 Comboio: 16 (Censo 2011, INE)	Autocarro: 365 Transporte coletivo da empresa ou da escola: 182 Comboio: 4 Metropolitano: 1 (Censo 2021, INE)	Aumentar/Intensificar

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
	Veículos da rede de transportes públicos	N.º	Quinquenal	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar

**Quadro 12 | Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “Desenvolvimento Rural”**

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
Turismo e Turismo de Natureza	Capacidade de alojamentos por tipologias e categorias	N.º	Anual	CMTB e TP	s/d	Ano de Referência: 2025 Apartamento Turístico: 2 Empreendimento de Turismo de Habitação: 1 ETER – Agroturismo: 4 ETER – Casa de Campo: 29 ETER – Hotel Rural: 1 Hotel: 12 Hotel-apartamento: 1 Parque de Campismo e/ou Caravanismo: 7 (RNT)	Aumentar/Intensificar
	Taxa de ocupação hoteleira	%	Anual	CMTB e TP	s/d	s/d	Não aplicável
	Eventos culturais promovidos	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
	Recursos turísticos, diferenciados por tipo	N.º	Bianual	CMTB	s/d	s/d	Não aplicável
	Intensidade turística <sup>45</sup>	%	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
Produtividade (associada ao setor primário)	Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	% <sup>46</sup>	Anual	CMTB	2009: 6.786ha (INE)	2019: 6.412ha (INE)	Não aplicável
	População ativa empregada no setor agrícola	%	Anual	INE	Ano de Referência: 2011 População empregada: 170	Ano de Referência: 2021 População empregada: 139	Não aplicável

<sup>45</sup> Intensidade turística: "avalia a relação entre a quantidade de turistas e a população residente num determinado território, indicando a dimensão dos potenciais impactes resultantes" (SIDS, APA, 2007).

<sup>46</sup> Dado disponível em "hectares (ha)".

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
					no setor primário (INE)	no setor primário (INE)	
	Ocupação de áreas RAN ou de solo qualificado como uso agrícola	ha	Bianual	CMTB	1959,50ha (RAN em vigor) 870,15ha (Espaço agrícola de produção - PDM em vigor)	1959,50ha (RAN em vigor) 870,15ha (Espaço agrícola de produção - PDM em vigor)	Não aplicável
	Emparcelamento agrícola	N.º de parcelas	Quinquenal	CMTB	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Produtividade agrícola por cultura	kg/ha	Anual	CMTB	s/d	s/d	Não aplicável
	Ações de promoção dos produtos regionais (feiras, encontros gastronómicos, etc.)	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar

**Quadro 13 | Indicadores de seguimento para a monitorização da execução da implementação do Plano para o FCD “Riscos Naturais”**

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
Incêndios Florestais	Ocorrência de incêndios florestais	N.º	Anual	CMTB e ANEPC	Ano de Referência: 2011 61 ocorrências (PMDFCI 2016-2020)	s/d	Reducir/Anular
	Área florestal ardida	Ha	Anual	CMTB e ICNF	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Área com vulnerabilidade à ocorrência de incêndios	ha	Anual	CMTB e ICNF	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Quantificação de dados materiais e humanos, incluindo perdas nos povoamentos	€	Anual	CMTB, ANEPC e ICNF	s/d	s/d	Não aplicável
	Área florestal ardida recuperada <sup>47</sup> ou requalificada <sup>48</sup> ambientalmente	ha	Anual	CMTB e ICNF	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
Movimento de Vertentes	Ocorrências de derrocadas de taludes e/ou queda de rochas	N.º	Anual	CMTB e ANEPC	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Vulnerabilidade ao risco de erosão	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Vias de circulação cortadas por este tipo de ocorrência	N.º	Anual	CMTN	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Áreas sujeitas a risco elevado e muito elevado de instabilidade de vertentes	ha	Bianual	CMTB e CCDR	Área com risco de erosão: 18.334ha (REN em vigor)	Área com risco de erosão: 18.334ha (REN em vigor)	Reducir/Anular
	Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por movimentos de massa	€	Anual	CMTB	s/d	s/d	Não aplicável
	Ações de reflorestação em zonas com risco de erosão	N.º	Bianual	CMTB e INCF	s/d	s/d	Aumentar/Intensificar
Risco de Cheias/Inundações	N.º de ocorrências registadas	N.º	Bianual	CMTB	s/d	s/d	Reducir/Anular
	Pessoas vulneráveis ao efeito da onda de inundação	N.º	Anual	CMTB	s/d	s/d	Reducir/Anular

<sup>47</sup> Área florestal ardida recuperada: estabelecimento do potencial produtivo com o planeamento de uma floresta de produção.

<sup>48</sup> Área florestal ardida requalificada ambientalmente: estabelecimento de uma floresta de proteção, promovendo a biodiversidade florística e faunística e garantindo uma gestão sustentável dos recursos florestais.

Critério	Indicadores	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte	2015	2024	Tendência/Meta Vigência do PDM
	Áreas sujeitas a risco elevado e muito elevado de cheias e inundações	ha	Anual	CMTB	Zonas Ameaçadas pelas Cheias: 45,44ha (REN em vigor)	Zonas Ameaçadas pelas Cheias: 45,44ha (REN em vigor)	Reducir/Anular
	Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por inundações	€	Anual	CMTB e ANEPC	s/d	s/d	Não aplicável
	Recuperação de edifícios em zonas com risco de cheia	N.º	Bianual	CMTB	s/d	s/d	Reducir/Anular

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O acompanhamento de processos cílicos, como o PDM de Terras de Bouro, é fundamental por permitir uma reação atempada no ajuste do caminho estratégico traçado, quando necessário. Neste sentido, o acompanhamento dos impactes ambientais decorrentes da implementação do referido plano permite adaptar as ações adotadas, que permitirá diminuir as consequências negativas sobre o ambiente e potenciar as positivas.

O presente relatório permitiu realizar uma observação empírica e periódica com base nas diretrizes de controlo e avaliação definidas no relatório ambiental e declaração ambiental, assim como detetar mudanças de contexto que influenciam a estratégia definida (valores, normas, prioridades), através da identificação das alterações no QRE.

Através da análise efetuada verifica-se que na globalidade têm sido cumpridos os objetivos de sustentabilidade considerados, bem como algumas das recomendações efetuadas para cada um dos fatores críticos para a decisão, definidas durante a elaboração da AAE, através de realizar diversos projetos que refletem que visam potenciar os efeitos positivos sobre o ambiente.

Em suma, durante a vigência do PDM em vigor não se evidenciaram transformações que tivessem como consequência efeitos significativos quer no PDM, quer, mais concretamente, no território concelhio, para além dos previstos em sede de avaliação ambiental. Contudo, importa destacar o elevado número de indicadores que não foram possíveis mensurar ou estão desatualizados, demonstrando a necessidade de se estabelecer indicadores mais objetivos e de possível mensuração no posterior processo de AAE.

Da evolução tendencial do quadro dos indicadores de monitorização, observa-se que muitos dados apresentam evolução positiva, como ocorre com questões relacionadas com o setor social e cultural, com o aumento de bens patrimoniais classificados, uma vez que, Terras de Bouro tem sido um concelho em destaque para a suas potencialidades culturais.

Referente às questões ambientais, verifica-se que os indicadores de monitorização necessitam de atualização para alcançar os objetivos do documento elaborado, a verificar indicadores obsoletos e não mensuráveis de forma objetiva, além de precisar incluir indicadores referente a promoção da produção de energia através de recursos renováveis, importantes fatores ambientais atuais.

Em termos de infraestruturas, importantes serviços básicos indispensáveis para a evolução do um Município, o serviço de rede de saneamento básico ainda é bastante deficitário, necessitando de um melhor desenvolvimento e investimento para alcançar as metas nacionais estipuladas e melhorar a qualidade de vida de seus residentes. Já referente gestão de resíduos, verifica-se a necessidade de atualização do indicador, de modo a identificar a atual realidade no concelho de Terras de Bouro. Assim, realça-se a importância da atualização dos indicadores e metas, o qual devem estar em alicerçadas na legislação nacional que sofreram significantes alterações.

Os maiores desafios para o futuro do concelho de Terras de Bouro, tendo em conta a avaliação produzida, é em termo ambiental, com o desafio de se alcançar um desenvolvimento sustentável do concelho com grande riqueza natural e associar com o desenvolvimento económico, social e territorial. Outro ponto a realçar é o setor social, com uma evolução negativa da mobilidade no território, o qual apresenta expressão no aumento da utilização do automóvel como principal meio de transporte e redução dos deslocamentos em transportes públicos, o que reduz a qualidade do ar, aumenta o ruído e a emissão de gases com efeito de estufa no território concelhio.

Neste sentido, é importante destacar a necessidade da atualização da AAE referente a temática das alterações climáticas, como por exemplo, a forma como os serviços dos ecossistemas podem influenciar no desenvolvimento sustentável do concelho de Terras de Bouro, e ainda, medidas de mitigação e adaptação para as alterações climáticas.

## 7. BIBLIOGRAFIA

---

Câmara Municipal de Terras de Bouro (2015), “*Relatório Ambiental – Avaliação Ambiental Estratégica*”, 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Terras de Bouro”.

Câmara Municipal de Terras de Bouro (2015), “*Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2016-2020*”.

Câmara Municipal de Terras de Bouro (2015), “*Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Terras de Bouro*”.

Partidário, Maria do Rosário (2007), “Guia das Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas”, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

Partidário, Maria do Rosário (2012), “Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE”, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

### Legislação

Aviso n.º 11909/2015, de 16 de outubro, que aprova a 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Terras de Bouro.

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.